



Comunicado de Imprensa

Luxemburgo, 15 de novembro de 2022

Tribunal de Contas Europeu atesta o bom estado de saúde das parcerias público-privadas da UE para a investigação e inovação

O Tribunal de Contas Europeu (TCE) certificou como fiáveis as contas do exercício de 2021 referentes a todas as empresas comuns da UE e confirmou os resultados positivos dos anos anteriores. O novo programa de financiamento da investigação e inovação (Horizonte Europa) estabelece objetivos ambiciosos para o período orçamental de 2021-2027. Por isso, o TCE lança o alerta: há que tomar medidas para alcançar as metas de contribuição do Horizonte 2020, corrigir as insuficiências que continuam a existir nos controlos internos e estar preparados para novos desafios, como o planeamento e a gestão dos recursos humanos.

As empresas comuns são parcerias entre a Comissão Europeia e o setor industrial e, em alguns casos, organizações de investigação ou intergovernamentais e Estados participantes. São financiadas por fundos em dinheiro provenientes dos programas de investigação e inovação da UE (Horizonte 2020, Horizonte Europa e Europa Digital), bem como por contribuições em espécie e outras contribuições financeiras dos outros parceiros.

"Estas parcerias público-privadas europeias ajudam a transformar os conhecimentos científicos em inovações revolucionárias comercializáveis e podem responder às necessidades a que atualmente a indústria não dá resposta suficiente", afirma Ildikó Gáll-Pelcz, Membro do Tribunal de Contas Europeu responsável pela auditoria. "É por isso que precisam de se preparar bem para os desafios que aí vêm", acrescenta.

Em 2021, o Conselho da UE adotou novos regulamentos que criaram onze empresas comuns para realizar ações dos programas Horizonte Europa e Europa Digital (os programas plurianuais de investigação e inovação para o período financeiro de 2021-2027). Estas empresas comuns executam as suas atribuições específicas de investigação e inovação nos domínios dos transportes, da energia, da saúde, das bioindústrias, das tecnologias digitais essenciais, da supercomputação e dos sistemas de redes inteligentes. Oito já estavam a funcionar no âmbito do programa anterior (Horizonte 2020) e continuarão durante os novos programas como novas entidades jurídicas, com novos nomes e competências alargadas ou ligeiramente alteradas. Para além das empresas comuns já em funcionamento, foram criadas três novas: a Empresa Comum Redes e Serviços Inteligentes, a Empresa Comum Saúde Mundial e o Centro Europeu de

O objetivo do presente comunicado de imprensa é apresentar as principais mensagens do relatório anual sobre as empresas comuns da UE adotado pelo Tribunal de Contas Europeu. O texto integral encontra-se em www.eca.europa.eu.

ECA Press

12, rue Alcide De Gasperi – L-1615 Luxembourg

E: press@eca.europa.eu @EUAuditors eca.europa.eu

Competências em Cibersegurança. O TCE vai auditá-las pela primeira vez após obterem a sua autonomia financeira, prevista para 2023.

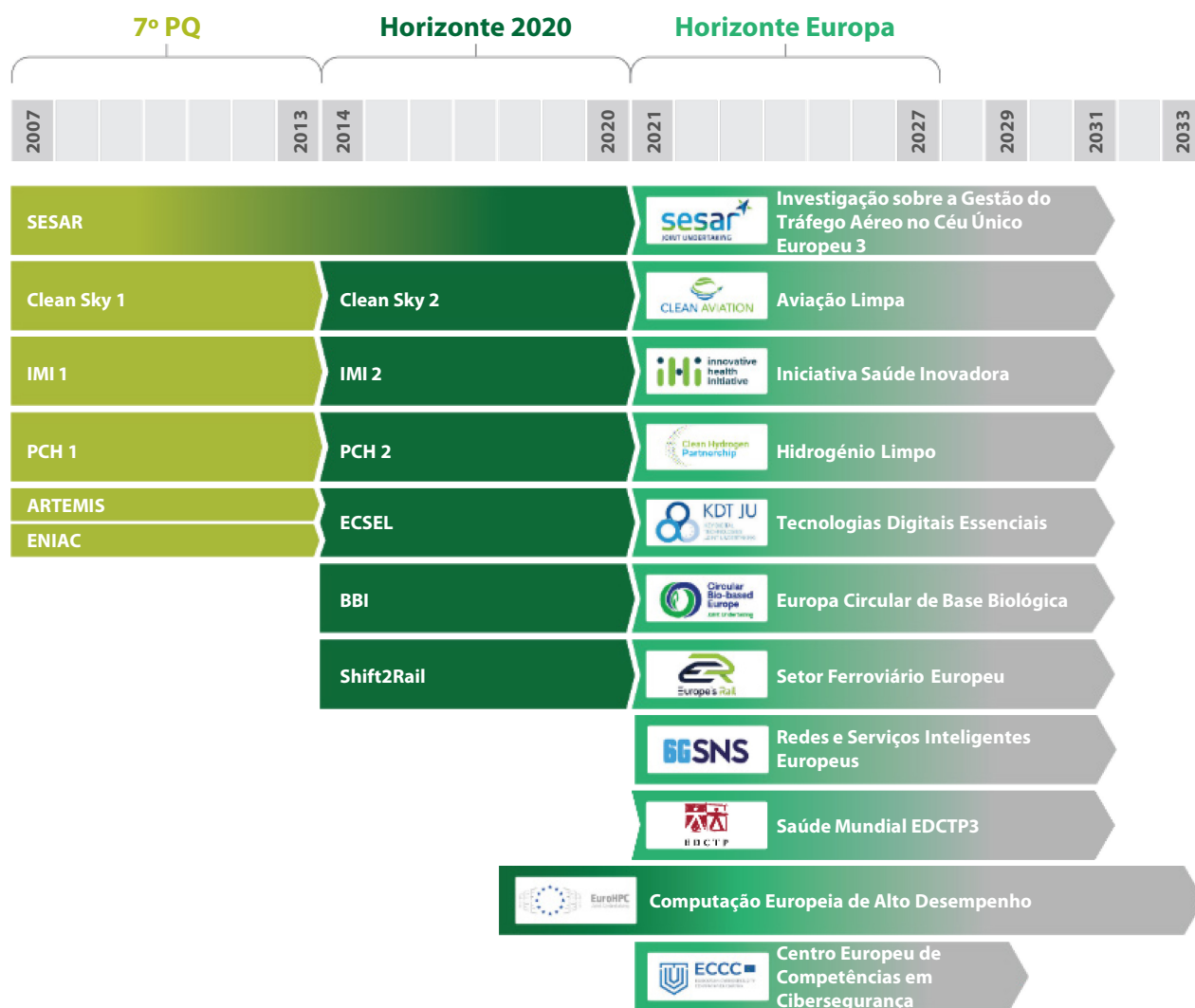
No período financeiro de 2021-2027, os 15,1 mil milhões de euros de financiamento da UE para as empresas comuns deverão mobilizar contribuições adicionais de 19,1 mil milhões de euros dos parceiros (indústria, Estados participantes ou organizações internacionais) para realizar projetos de investigação e inovação no valor de cerca de 34,2 mil milhões de euros.

A Empresa Comum Energia de Fusão (F4E), que opera no âmbito da Euratom para a execução da parte europeia do projeto de fusão nuclear ITER em França, avaliou em 2021 o custo total do cumprimento das suas obrigações de entrega em 18,3 mil milhões de euros. No entanto, o TCE destaca os riscos relacionados com prazos e custos que devem ser tidos em conta na nova base de referência do ITER para 2023. Dado que a Rússia é membro da organização internacional ITER e tem a obrigação de fornecer contribuições anuais e várias componentes, as atuais sanções que lhe foram impostas podem também colocar riscos adicionais em termos de aumento dos custos ou atrasos.

O TCE observa que, na maioria dos casos, as empresas comuns tomaram medidas corretivas para dar seguimento às suas observações de anos anteriores. Porém, constata que várias questões ainda necessitam de ser melhoradas: por exemplo, os resultados de auditoria relativos aos pagamentos de subvenções indicaram que os custos com pessoal continuam a ser a principal fonte de erro devido à complexidade do processo de cálculo. No que diz respeito à taxa de execução das atividades, o TCE regista que, embora as empresas comuns tenham autorizado na íntegra o seu orçamento para a investigação e inovação no âmbito do Horizonte 2020, um número importante de projetos só será finalizado no período financeiro de 2021-2027. Esta execução paralela de vários programas pode aumentar a pressão de trabalho sobre o pessoal das empresas comuns. Em geral, o TCE alerta para os desafios em matéria de recursos humanos que, em última análise, podem afetar negativamente o desempenho global das empresas comuns e até prejudicar o cumprimento das suas funções.

Informações de contexto

O documento *Auditoria das empresas comuns da UE relativa a 2021*, juntamente com a Declaração de Fiabilidade e as observações relativas a cada empresa comum, está disponível no [sítio Web do TCE](#).



Contactos para a imprensa

Serviço de imprensa do TCE: press@eca.europa.eu

Claudia Spiti: claudia.spiti@eca.europa.eu – Telemóvel: (+352) 691 553 547

Vincent Bourgeois: vincent.bourgeois@eca.europa.eu – Telemóvel: (+352) 691 551 502

Damijan Fišer: damijan.fiser@eca.europa.eu – Telemóvel: (+352) 621 552 224